

RELATÓRIO SOBRE IDEIAS

DOS JOVENS

2023



ÍNDICE

Uma carta dos editores	3	Introduzir educação para a sustentabilidade nas escolas	16	
Perspetivas para as eleições europeias de 2024	4	Ensinar as crianças a plantar árvores e a recolher dados sobre a poluição atmosférica?	17	
Unidos.eu	5	As alterações climáticas estão a abalar a nossa saúde – fazer da mudança uma prioridade	18	
O Roteiro de Ideias dos Jovens	6	Qual é o futuro dos cuidados de saúde?	19	
15 IDEIAS MAIS POPULARES		7	Proibir produtos químicos cancerígenos	20
Introduzir alertas de desinformação por defeito em todos os sítios de notícias, a menos que divulguem todas as fontes de informação	8	Fazer das opções vegetarianas uma verdadeira alternativa para todos, em todo o lado	21	
Quem é o vilão?	9	Substituir as máquinas de venda automática por dispensadores de água	22	
Apoio a projetos inovadores no domínio da inteligência artificial (IA)	10	Pôr termo ao desperdício alimentar na UE e ajudar os mais vulneráveis	23	
Passes Interrail gratuitos para todos os jovens europeus	11	Todos os estágios devem ser remunerados ou financiados	24	
Precisamos de educação para a saúde reprodutiva e sexual	12	Pode dar-se ao luxo de trabalhar gratuitamente?	25	
5 sugestões sobre como falar de sexo nas escolas	13	A Europa deve ser autossuficiente em matérias-primas	26	
Não excluir nenhum país do Erasmus+	14	Juntos somos mais fortes: criar uma política externa comum	27	
Ensinar mais sobre a UE nas escolas	15	Observações finais	28	

UMA CARTA DOS EDITORES

Percorremos um longo caminho juntos em 2023. A Europa continua a enfrentar desafios sem precedentes, com as consequências atuais das alterações climáticas e da guerra na Ucrânia a ter um impacto a nível mundial.

Temos sido também confrontados com o rescaldo da pandemia de COVID-19: recessões económicas, problemas de saúde mental e preocupações de justiça social. Fez-se muito a nível europeu para superar estes desafios.

Ao olharmos para as eleições europeias do próximo ano, é essencial destacar as mudanças que os jovens europeus querem ver no próximo mandato, reconhecendo simultaneamente os progressos realizados nos últimos anos.

O Relatório sobre Ideias dos Jovens é o culminar de um roteiro que começou no início deste ano. Incluímos ideias que emanaram tanto de youthideas.eu como do Encontro Europeu da Juventude 2023, em Estrasburgo, onde 8500



Editors of the Youth Ideas Report 2023: Elena Manso Palao, Lukas O. Rastovic and Alessia Melchiorre.

Acreditamos que o Relatório sobre Ideias dos Jovens é um instrumento poderoso para inspirar o debate político e moldar as futuras propostas políticas, especialmente na perspetiva das eleições europeias na primavera de 2024.

jovens se reuniram em 9 e 10 de junho para partilhar e moldar os seus pontos de vista sobre o futuro da Europa.

Esta quinta edição foi particularmente intensa e repleta de intercâmbios. Realizaram-se cerca de 325 atividades no Parlamento Europeu e na aldeia do EYE, tendo todas elas contribuído para fazer com que todos os participantes se sentissem em casa na casa da democracia europeia.

Enquanto Editores do EYE a trabalhar no Relatório sobre Ideias dos Jovens, tomámos uma decisão. Não só queremos destacar as ideias mais populares e influentes em youthideas.eu, mas também apresentar algumas que já estão a ser postas em prática por organizações de juventude em toda a Europa.

Esperamos que este relatório inspire jovens de toda a Europa e conduza à reflexão e ação dos atuais e futuros deputados ao Parlamento Europeu, de outras instituições e de organizações de juventude. As ideias apresentadas no presente relatório abrangem uma grande variedade de temas, desde iniciativas de sustentabilidade e novas oportunidades educativas até à transformação digital.

Estamos gratos a todos os jovens que contribuíram com as suas propostas e visões incríveis para uma Europa melhor e esperamos que as suas vozes transpareçam neste relatório.

PERSPETIVAS PARA AS ELEIÇÕES

EUROPEIAS DE 2024

O EYE2023 teve lugar apenas um ano antes das eleições europeias, que decorrerão de 6 a 9 de junho de 2024. Também temos algumas boas notícias para partilhar! O interesse e a intenção de votar nas eleições aumentaram em comparação com 2018.

De acordo com o Eurobarómetro da primavera de 2023 do Parlamento Europeu, o interesse pelas eleições aumentou 6 %, enquanto 67 % dos inquiridos afirmam que provavelmente irão votar, o que constitui um aumento de nove pontos em comparação com há cinco anos.

O grupo etário que registou o maior aumento da participação eleitoral foi o dos jovens com menos de

25 anos

O último inquérito «European Youth» revelou que quase 90 % dos inquiridos tinham participado em, pelo menos, uma atividade política ou cívica em 2021. Os jovens cidadãos europeus estão mais empenhados do que se poderia imaginar. Um exemplo disso são os voluntários unidos.eu:

67 %

dos inquiridos afirmaram que provavelmente irão votar

Falando de jovens, este costumava ser um dos grupos etários com as taxas de abstenção mais elevadas. Apenas 28 % das pessoas com menos de 25 anos que podiam votar o fizeram nas eleições de 2014. No entanto, as eleições de 2019 revelaram que o número de jovens votantes está a aumentar. A taxa de participação global foi a mais elevada em 25 anos e o grupo etário que registou o maior aumento da participação eleitoral foi o dos jovens com menos de 25 anos. Foi graças a eles que a afluência às urnas atingiu níveis não observados desde o século XX. Envolver os jovens na política e no processo de tomada de decisões é vital para a nossa democracia. Embora seja extremamente difícil ilustrar o que os jovens europeus desejam no seu conjunto para o futuro da UE, o presente relatório constitui, no entanto, uma importante plataforma para partilhar os seus contributos e objetivos políticos.

Quase

90 %

dos inquiridos tinham participado em, pelo menos, uma atividade política ou cívica em 2021

unidos.eu

pela democracia



Durante o EYE, os cerca de 300 voluntários unidos.eu mais ativos participaram num bootcamp, onde os peritos lhes ensinaram competências valiosas que, um dia, os ajudarão a organizar as suas próprias campanhas eleitorais. Entrevistámos Doroteja, Julian e Micaela.

Doroteja Horvat

Croácia.
Estudante de Direito na
Universidade de Zagrebe

«Já compreendemos que os jovens querem votar, mas também que as eleições europeias lhes são muito desconhecidas. É preciso mostrar às pessoas o que elas trazem para nós e deixá-las descobrir os seus pontos

de interesses. Enquanto voluntária unidos.eu, realizei vários seminários em escolas secundárias para mostrar aos potenciais eleitores, pela primeira vez, o funcionamento básico das instituições da UE.»

Julian Waldbauer

Áustria.
Estudante do ensino secundário e
Jovem Embaixador da UE

«Não penso que os jovens estejam suficientemente representados no Parlamento Europeu. Tornei-me voluntário por sentir que não eramos realmente ouvidos.

De facto, não penso que os jovens estejam desinteressados nem desmotivados. Pode ser exatamente o contrário: os meus avós votam no mesmo partido há anos, independentemente do que aconteça.»

Micaela Pezzini

Espanha.
Estagiária no Ministério da
Agricultura de Espanha

«Nunca tive especial interesse pela União Europeia. Mas depressa percebi que as Ilhas Canárias, de onde venho, devem muito à UE e aos seus fundos.

Desde então, dinamizei várias oficinas nas escolas e fiz o meu melhor para informar também o meu círculo mais próximo: se as pessoas não sabem o que é a UE, o que faz e como funciona, como é que se pode esperar que acordem num domingo e vão votar?»

Unidos.eu é uma comunidade de pessoas que acreditam na democracia e que querem dar-lhe um significado real, numa altura em que as eleições europeias se aproximam. Liga pessoas de toda a Europa, para se encontrarem, partilharem conhecimentos e adquirirem novas competências, ao mesmo tempo que incentivam outros a votar em 2024. Existem muitas formas de participação diferentes. Podes participar em eventos e sessões de formação para obter informações ou espalhar a mensagem sobre a importância de votar. Podes mesmo organizar as tuas próprias atividades. A pergunta é, queres levantar-te e agir?

Quanto mais as pessoas votarem, mais forte será a nossa democracia

JUNTA-TE A UNIDOS.EU!

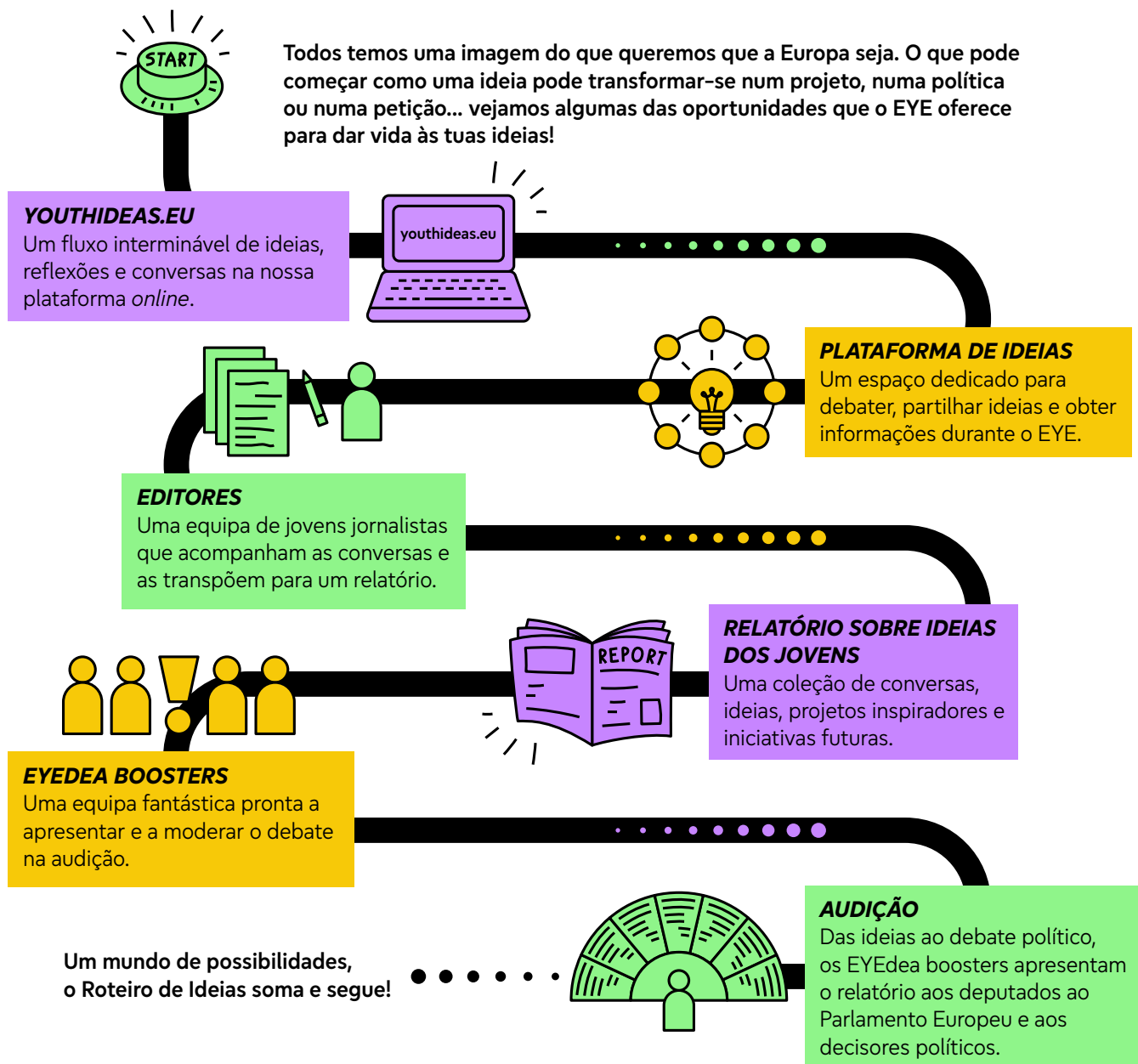
O ROTEIRO DE IDEIAS DOS JOVENS

Como escolhemos exatamente as ideias a incluir no Relatório sobre Ideias dos Jovens? Na preparação do EYE2023, acompanhamos youthideas.eu, em que os jovens apresentam as suas propostas de novas políticas e projetos para uma Europa melhor.

Desde março de 2023, recolhemos, aprovamos e editamos estas ideias, organizando-as num quadro com 11 temas cruciais: alterações climáticas e ambiente, cultura e meios de comunicação social, democracia, educação, a UE no mundo, saúde e desporto, direitos humanos, emprego, economia e transformação digital, migrações, segurança e justiça social.

No EYE2023, a Plataforma de Ideias, situada ao lado do Hemiciclo, dedicou um espaço para os participantes partilharem as suas ideias sobre o futuro da Europa, tanto presencialmente como em youthideas.eu. Além disso, contou com a presença de peritos das instituições da UE e gestores de projetos experientes de organizações de juventude para debater ideias e dar orientações.

No final, mais de 600 ideias e mais de 400 comentários foram partilhados na plataforma. Alguns destacam-se claramente e representam as exigências mais urgentes e populares dos jovens europeus. Neste relatório, partilhamos as 15 ideias mais populares, com base nos respetivos temas.



15 IDEIAS MAIS

POPULARES





INTRODUZIR ALERTAS DE DESINFORMAÇÃO POR DEFEITO EM TODOS OS SÍTIOS DE NOTÍCIAS, A MENOS QUE DIVULGUEM TODAS AS FONTES DE INFORMAÇÃO

Sempre que alguém acede a um sítio de notícias, deve haver um aviso, alertando o leitor para que considere o que lê nesse sítio Web com espírito crítico.

Tal deve aplicar-se a todos os sítios de notícias que não indiquem explicitamente todas as suas fontes de informação. Se um sítio de notícias não indicar todas as fontes, será automaticamente considerado 'pouco fiável'.

Os sítios de notícias seriam, assim, incentivados a partilharem todas as suas fontes de informação, aumentando a transparência para os leitores. Se aplicado pela UE, um regulamento como este poderia combater a

desinformação a nível europeu.

A liberdade de expressão é muito importante, mas os sítios de notícias e os conglomerados dos meios de comunicação social com milhares ou mesmo milhões de seguidores têm de ser mais responsáveis pelo que publicam. Têm de evitar a propagação de desinformação, seja intencional ou involuntariamente.

Em que ponto estamos nesta questão?

Atualmente, não existe legislação a nível da UE que proponha uma iniciativa semelhante. No entanto, estão em curso algumas iniciativas da UE, e outras já em vigor, que refletem, em certa medida, esta ideia.

A proposta de Regulamento Liberdade dos Meios de Comunicação Social, que poderá ser aprovado em 2023, visa proteger os meios de comunicação social contra interferências políticas nas decisões editoriais. O regulamento pretende abordar a questão da transparência da propriedade dos meios de comunicação social e a concessão de subvenções aos que apresentem pontos de vista favoráveis ao governo. O Regulamento Serviços Digitais (RSD) entrou em vigor em novembro de 2022. Criou obrigações para as

plataformas de redes sociais e pontos focais para os conteúdos dos meios de informação, a fim de combater a desinformação e a manipulação eleitoral e eliminar quaisquer conteúdos nos Estados-Membros onde são ilegais. No entanto, a legislação estabelecida nestes dois regulamentos não vai ao ponto de estipular que alertas de desinformação devem ser visíveis nos sítios de notícias dos meios de comunicação social.

A equipa do Parlamento Europeu contra a desinformação (SPOX) também se destaca aqui. Cooperam com as instituições e a sociedade civil para analisar a desinformação e organizar atividades de sensibilização.

Quem é o vilão?

Como uma organização checa combate a desinformação turma a turma



Tereza Kráčmarová

Co-fundadora da Fakescape

Quem é o 'vilão' que quer cancelar as suas férias de verão? Embora esta questão possa parecer inocente, é, na realidade, a forma como uma organização checa denominada Fakescape propõe a estudantes uma série de tarefas de detetive, que lhes ensinam como **Fakescape** propõe a estudantes uma série de tarefas de detetive, que lhes ensinam como verificar as declarações dos políticos durante uma campanha eleitoral e como identificar que uma fotografia no Instagram foi alterada.

Este foi também o contributo da Fakescape para o EYE2023, em que o combate à desinformação foi uma das principais preocupações dos jovens participantes. Tendo percorrido mais de 500 escolas na República Checa, ensinando os jovens a detetar notícias falsas com as suas atividades lúdicas, deram um enorme passo no sentido de ensinar literacia mediática aos cidadãos da UE – uma das principais prioridades atuais do Parlamento Europeu.

Neste momento, não temos de nos promover na República Checa, porque já são as escolas que nos abordam.

«Esperamos poder sensibilizar os alunos, não só para a fonte de informações online, mas também para as suas próprias emoções, porque as emoções são geralmente o alvo da desinformação e das falsas informações», afirma Tereza Kráčmarová, que fundou a Fakescape com alguns amigos em 2018, quando estudava jornalismo e ciência política.

Desde a sua fundação, a organização tem vindo a crescer a olhos vistos. Em 2021, a Fakescape ganhou o Prémio Europeu Carlos Magno para a Juventude pelos esforços para ensinar literacia mediática e pensamento crítico aos jovens.

«Neste momento, não temos de nos promover na República Checa, porque já são as escolas que nos abordam», afirma Kráčmarová. Além disso, a Fakescape está atualmente a construir a sua rede na Eslováquia e o próximo objetivo da organização é expandir-se para a vizinha Polónia, onde já coopera com uma organização local.

Mas como criar uma organização, se quisermos mudar algo? Três conselhos da fundadora da Fakescape:

1. «Basta começar e encontrar algumas pessoas que também queiram ser agentes de mudança, porque não se pode fazer tudo sozinho.»
2. «No início, quando começámos, não tínhamos ideia do que estávamos a fazer. Mas mesmo com um pequeno orçamento, ainda se consegue fazer um bom trabalho. E depois de mostrar que é capaz, encontrará mais pessoas que vão acreditar em si e financiá-lo.»
3. «Há que reconhecer que se trata de um processo de aprendizagem e estar aberto a críticas, uma vez que isso vai melhorar a forma como a sua organização funciona e torná-la mais impactante.»



APOIO A PROJETOS INOVADORES NO DOMÍNIO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

Mais investigação sobre inteligência artificial pode ajudar-nos no desenvolvimento sustentável.

A União Europeia deve implementar mais programas para promover o desenvolvimento da inteligência artificial, concedendo subvenções e outras formas de apoio às universidades e outras instituições de investigação que operam nos Estados-Membros. Tal favoreceria o desenvolvimento sustentável e a prosperidade mundial.

Um exemplo de um desses projetos é o AI4Media. Financiado ao abrigo do programa Horizonte 2020 da UE, visa tornar-se num centro de excelência, envolvendo investigadores de toda a Europa e não só. O projeto visa fomentar a IA e proporcionar formação ao setor dos meios de comunicação social, com uma forte ênfase na IA ética e de confiança.

Em que ponto estamos nesta questão?

Em junho de 2023, o Parlamento Europeu adotou a sua posição de negociação sobre o Regulamento Inteligência Artificial (IA), com o objetivo de promover uma IA centrada no ser humano e de confiança, protegendo simultaneamente os direitos fundamentais e a democracia.

As regras assegurarão que qualquer IA desenvolvida e utilizada na Europa é coerente com os valores da UE, incluindo a supervisão humana, a segurança, a privacidade, a transparência e a ausência de discriminação. Os regulamentos seguem uma abordagem baseada no risco e proíbem práticas de IA que representem um nível de risco inaceitável, entre as quais a classificação social, os sistemas de identificação biométrica 'em tempo real' e 'em diferido' em espaços públicos, a categorização biométrica baseada em características sensíveis, os sistemas de previsão

policial, os sistemas de reconhecimento de emoções em vários contextos e a recolha aleatória de imagens faciais para bases de dados de reconhecimento facial. Estão igualmente incluídas as aplicações de IA de risco elevado, como os sistemas utilizados para influenciar os eleitores e os sistemas de recomendação em grandes plataformas de redes sociais.

O regulamento introduz obrigações para os fornecedores de modelos de base, requisitos de transparência para sistemas de IA generativos, isenções para atividades de investigação e componentes de fonte aberta e mecanismos para o público apresentar reclamações e receber explicações sobre sistemas de IA de risco elevado. O EU AI Office (gabinete da UE para a Inteligência Artificial) será responsável pelo acompanhamento da aplicação do regulamento. É a primeira legislação para uma IA segura e transparente.



PASSES INTERRAIL GRATUITOS PARA TODOS OS JOVENS EUROPEUS

Um maior número de jovens europeus deve beneficiar de um passe Interrail gratuito quando completam 18 anos de idade, especialmente os desfavorecidos que não têm meios para viajar para o estrangeiro. Idealmente, tal seria aplicável a todos os cidadãos da UE que completem 18 anos de idade.

Os jovens da UE teriam, assim, a possibilidade de explorar a Europa sozinhos e de conhecer outras pessoas da sua idade. Uma iniciativa deste tipo poderia reforçar a curiosidade e a interligação de toda uma geração e dar-lhes a oportunidade de aprender mais sobre a Europa.

Para facilitar a viagem de comboio na Europa, a UE poderia financiar o desenvolvimento de uma aplicação única em que as pessoas pudessem comprar bilhetes de todas as empresas ferroviárias da UE. Adicionalmente, a fim de incentivar ainda mais as viagens nas linhas ferroviárias europeias, a UE deve adotar legislação que obrigue todas as empresas ferroviárias a concederem uma compensação financeira imediata em caso de atrasos ou cancelamentos.

Em que ponto estamos nesta questão?

Atualmente, as pessoas com 18 anos de idade podem candidatar-se a um passe de viagem que permita viajar de comboio por um período máximo de 30 dias através da iniciativa DiscoverEU, uma iniciativa do programa Erasmus+ financiada pela UE. Os candidatos têm que ser cidadãos ou residentes legais de um Estado-Membro da UE ou de algum dos outros países participantes no programa e responder a um questionário.

No entanto, apenas os candidatos selecionados receberão um dos passes que são concedidos duas vezes por ano. A plena aplicação desta ideia significaria

uma extensão ilimitada da DiscoverEU. Se a iniciativa DiscoverEU fosse alterada para dar prioridade às pessoas que não têm meios próprios para pagar um passe de viagem, o sistema de candidatura teria de ser alterado, exigindo que os requerentes apresentem documentação comprovativa da sua situação financeira ou da sua família. No entanto, seria importante manter o processo simples para o tornar o mais acessível possível.

Atualmente, existem várias empresas que oferecem bilhetes de comboio de diferentes empresas ferroviárias europeias nos seus sítios Web e aplicações móveis.



PRECISAMOS DE EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE REPRODUTIVA E SEXUAL

Um número significativo de estudos de investigação científica e social sublinha a importância da educação sexual nas escolas secundárias. Os jovens adolescentes necessitam de informações práticas e factuais.

Em algumas comunidades, as questões relacionadas com a sexualidade são tabu e as pessoas não as debatem em casa, na escola ou em centros de saúde. Consequentemente, os adolescentes correm riscos de infeções sexualmente transmissíveis, problemas de saúde mental, problemas de saúde crónicos, discriminação e intimidação contra as pessoas LGBTQ+.

Os dados disponíveis mostram que os jovens que beneficiam de uma educação eficaz em matéria de saúde reprodutiva e sexual são:

- mais suscetíveis de reconhecer e denunciar abusos sexuais;
- mais suscetíveis de atrasar os primeiros encontros sexuais até que se sintam preparados e confortáveis;
- mais suscetíveis de se envolver na primeira relação sexual de forma consensual;
- mais suscetíveis de compreender a necessidade de contraceção e de a utilizar eficazmente;

- menos suscetíveis de viver uma crise na gravidez;
- menos suscetíveis de ser infetados com uma infeção sexualmente transmitida (IST).

Um dos principais desafios a este respeito é a falta de professores com os conhecimentos e a formação necessários para facultar informações adequadas e exatas sobre o sexo e a saúde reprodutiva. Entre os obstáculos adicionais contam-se a oposição de líderes culturais e religiosos, bem como a falta generalizada de educação em matéria de saúde sexual e reprodutiva, tanto a nível local como a nível da UE.

Como primeiro passo, vamos reunir e facultar aos professores a informação certa, com o apoio de cientistas e especialistas em saúde!

Em que ponto estamos nesta questão?

Os Estados-Membros são os responsáveis pela aplicação da educação sexual, mas a UE também desempenha um papel na promoção da saúde, em conformidade com o artigo 168.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

Numa resolução aprovada em junho de 2021, o Parlamento Europeu instou os Estados-Membros a garantirem o acesso universal a uma educação e informação abrangentes em matéria de sexualidade para todas as crianças e jovens. A educação deve ser cientificamente exata, baseada em dados concretos, adequada à idade, sem julgamento, e abranger uma

vasta gama de temas. O Parlamento insta igualmente os Estados-Membros a combaterem a propagação de informações discriminatórias e pouco seguras sobre a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos.

A Estratégia da UE para a Igualdade de Género 2020-2025 obriga ainda a Comissão Europeia a facilitar o intercâmbio de boas práticas em matéria de saúde e direitos sexuais e reprodutivos entre os Estados-Membros e as partes interessadas. A estratégia salienta igualmente a importância de educar tanto rapazes como raparigas sobre a igualdade de género e as relações não-violentas.

5 sugestões sobre como falar de sexo nas escolas

Falar de sexo há muito que é tabu, mas sabemos agora que se trata de uma competência de vida necessária. Por onde começamos?



Deirdre Betson

Educadora de Saúde Sexual na SHAREIreland

O serviço educativo Sexual Health and Relationships Education Ireland (SHAREIreland) tem algumas sugestões.

O objetivo dos seminários SHAREIreland é ajudar os estudantes a tomar decisões saudáveis, à medida que passam da adolescência para a idade adulta.

A SHAREIreland trabalha com escolas secundárias para executar o programa 'Relações e Educação Sexual' (RSE), tal como estabelecido pelo Ministério da Educação da Irlanda.

O objetivo dos seminários SHAREIreland é ajudar os estudantes a tomar decisões saudáveis, à medida que passam da adolescência para a idade adulta. Eis as suas sugestões:

- **Falar sobre a diferença entre consentimento e autorização.** O consentimento envolve entusiasmo e é impulsionado por ambos os parceiros. A autorização é uma via de sentido único e pode ultrapassar os limites dos jovens que receiam ou não sabem dizer não.

- **Ter um adulto seguro em quem confiar.** Quem é? Pode ser um membro da família, um professor, um treinador ou outra pessoa.

- **Normalizar as funções corporais.** Deixar de esconder o tampão ou de esconder o penso na manga quando vai à casa de banho. A menstruação é uma função física normal que prepara o útero para uma possível gravidez. Ao ridicularizar as pessoas sobre estas funções físicas quotidianas, enviamos um sinal de que tudo o que esteja relacionado com os corpos é uma fonte de vergonha e que se deve manter secreto. A educação sexual sem complexos é muito bem aceite entre os jovens adultos. A aprendizagem dos termos anatómicos corretos inclui-se aqui, tanto para efeitos de cuidados de saúde como de segurança infantil.

- **Debater relações saudáveis.** É muito importante que debatamos o tipo de relações que mantemos. As relações de respeito mútuo que compreendem os nossos limites beneficiam a nossa saúde mental e física. Falar de sentimentos e não reprimir as coisas numa relação é, sem dúvida, um sinal positivo e saudável.

- **Promover os resultados positivos da educação sexual em matéria de saúde.** A existência de uma educação sexual diversificada e inclusiva promoverá resultados positivos em termos de saúde para os jovens. Saber que tipo de atividade sexual o pode expor a uma IST significa estar ciente dos riscos e fazer escolhas informadas sobre a prevenção e a redução dos riscos. Por último, saber onde aceder a informações baseadas em dados concretos, factuais e sem julgamento sobre a saúde sexual é crucial para todos os jovens.



NÃO EXCLUIR NENHUM PAÍS DO ERASMUS+

Desde 1987, o programa Erasmus+ oferece oportunidades de mobilidade e cooperação a mais de 12 milhões de jovens participantes

O programa é uma história de sucesso impressionante para a Comissão Europeia e é fundamental que a sua reputação permaneça intacta.

Para estimular o crescimento e o potencial dos jovens em toda a Europa e não só, temos de defender a expansão do programa Erasmus+. Ao aumentar o número de oportunidades disponíveis, podemos capacitar mais estudantes e contribuir para uma sociedade mais interligada e próspera. Se quisermos desbloquear todo o potencial dos nossos futuros dirigentes e colmatar as lacunas que nos dividem, temos de cumprir este objetivo.

A Comissão Europeia não deve deixar que os jovens sejam vítimas de qualquer desacordo político entre a União Europeia e o governo de um determinado Estado-Membro. Além disso, os seus líderes políticos devem evitar que os estudantes sejam prejudicados.

O caso húngaro é exemplar. Enquanto Estado-Membro da União Europeia, a Hungria é elegível para participar em programas de mobilidade Erasmus+, permitindo que os jovens e educadores húngaros adquiram experiências valiosas e conhecimentos profissionais no estrangeiro e, ao mesmo tempo, que milhares de estudantes de todo o mundo visitem a Hungria, conheçam o país e aí estudem.

Em que ponto estamos nesta questão?

O programa Erasmus+ revelou-se altamente benéfico para 95 % dos participantes entre 2014 e 2020, que reconheceram os benefícios significativos que retiraram da experiência. Na perspetiva do período de 2021 a 2027, a Comissão afetou mais de 28 mil milhões de EUR ao programa. É imperativo que os novos projetos se alinhem com as prioridades atualizadas do programa, com especial incidência em domínios como a inclusão e a participação democrática.

Em 2020, 22 622 húngaros participaram em programas de mobilidade internacional Erasmus+, apoiados por 40,45 milhões de EUR de financiamento da UE. No entanto, em 15 de dezembro de 2022, devido a preocupações de corrupção, os ministros das Finanças da UE congelaram uma parte significativa dos subsídios de recuperação destinados à Hungria para o

período de 2021 a 2027.

Proibiram igualmente a UE de celebrar novos acordos financeiros com as fundações fiduciárias de interesse público criadas ao abrigo do direito húngaro em 2021. A UE visou instituições educativas e culturais que não geriam fundos comunitários com transparência. Além disso, apesar das alterações às leis pertinentes, altos funcionários políticos do Fidesz (Federação dos Jovens Democratas), o partido no governo, ainda detinham poder nos conselhos de administração das fundações. A UE não permite que os líderes políticos atribuam fundos públicos a organizações em que tenham autoridade para tomar decisões. Consequentemente, o apoio foi temporariamente retirado às universidades que tinham sido externalizadas a fundos fiduciários do setor público.



ENSINAR MAIS SOBRE A UE NAS ESCOLAS

Les citoyens européens devraient avoir une meilleure compréhension du fonctionnement de l'Union et des avantages qu'apporte la citoyenneté européenne. Il faudrait dès lors commencer par intégrer de nouveaux enseignements sur la démocratie et les valeurs européennes dans les programmes scolaires de l'ensemble de l'Union.

Os cidadãos europeus devem compreender melhor o funcionamento da UE e os benefícios da cidadania da União. O primeiro passo deve consistir em acrescentar ensinamentos sobre a democracia e os valores europeus aos currículos escolares em toda a UE. Por exemplo, os estudantes devem ser ensinados sobre o Estado de direito, um dos pilares fundamentais da nossa democracia. Tornam-se, assim, mais conscientes da importância da União nas suas próprias vidas e das muitas oportunidades que a UE lhes oferece.

Os jovens europeus devem aprender esta questão desde tenra idade, sendo particularmente importante que a mensagem também chegue aos alunos das escolas fora das grandes cidades.

Além disso, os programas curriculares alargados que ensinam os estudantes sobre a UE devem recordar-lhes que votar não só é o seu direito, mas também o seu dever, esperando-se que a taxa de participação eleitoral aumente no futuro. A história europeia e as várias culturas da UE devem fazer parte dos programas escolares em toda a União. Tal reforçará o sentimento de uma identidade europeia comum e tornará a UE mais autossuficiente a longo prazo.

Por último, devem ser organizadas mais viagens para os jovens visitarem as instituições da UE, para que possam obter uma visão em primeira mão sobre o seu funcionamento. Este elemento tem a vantagem adicional de aproximar os jovens.

Em que ponto estamos nesta questão?

Atualmente, não existe legislação que obrigue as escolas dos Estados-Membros a ensinar sobre a UE. No entanto, as instituições da UE já estão a tentar aumentar a visibilidade da União Europeia no ensino escolar.

O [Espaço de Aprendizagem](#) da Comissão Europeia é um programa que oferece material didático e vários jogos para ajudar os alunos do ensino primário e secundário a descobrir a UE de forma divertida. O Programa Escola Embaixadora do Parlamento Europeu (EPAS) faculta às escolas da sua rede conteúdos educativos do Parlamento Europeu, e o programa visa aumentar a

sensibilização dos estudantes para os valores europeus e a democracia parlamentar europeia. Atualmente, cerca de 1500 escolas em todos os Estados-Membros fazem parte da rede EPAS, ensinando cerca de 23 000 estudantes no total. No entanto, esta percentagem representa apenas uma margem muito pequena dos cerca de 81 milhões de pessoas com menos de 18 anos que vivem na UE.

A adoção desta ideia significaria alargar ainda mais os programas já existentes ou desenvolver outros novos.



INTRODUZIR EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE NAS ESCOLAS

A sustentabilidade pode ser aprendida e devemos ensiná-la nas escolas para garantir que todos os cidadãos da UE sabem como proteger o ambiente.

Os conhecimentos que adquirimos na infância e na escola influenciam-nos durante toda a nossa vida. É por isso que é tão importante colocar a tónica na proteção do ambiente, nas alterações climáticas e no desenvolvimento sustentável nos programas escolares.

Desta forma, podemos garantir que todos dispõem das informações de que necessitam para ajudar a proteger o ambiente e a conservar o planeta que nos sustenta.

Em que ponto estamos nesta questão?

Na Conferência sobre o Futuro da Europa, em 2022, existiam painéis compostos por uma combinação de cidadãos da UE de diferentes grupos etários e contextos socioeconómicos. Uma das suas principais recomendações consistiu em que os alunos recebessem mais ensinamentos sobre a sustentabilidade nas escolas.

Atualmente, não existe legislação da UE que exija que as escolas ensinem a sustentabilidade. De um modo geral, a responsabilidade de organizar os sistemas educativos e o conteúdo dos programas escolares é

uma competência dos governos nacionais dos Estados-Membros.

No entanto, em junho de 2022, o Conselho adotou uma recomendação para os Estados-Membros apoiarem políticas e programas de aprendizagem para a transição ecológica e o desenvolvimento sustentável. Esta questão foi debatida em vários Estados-Membros, mas continua a exigir legislação para a resolver. Além disso, os educadores de toda a UE ainda precisam de receber formação sobre a forma de ensino da sustentabilidade.

Ensinar as crianças a plantar árvores e a recolher dados sobre a poluição atmosférica?

Reflexão sobre a educação ecológica no EYE



Anna Kowalczyk

Oficial de ligação para a sustentabilidade ambiental na ESN

É junho de 2023 e está em Estrasburgo. No calor do verão, a apenas dois passos do Parlamento Europeu, encontra-se no centro da aldeia do EYE. É um espaço agitado onde se reúnem jovens de toda a Europa e do resto do mundo. Debatem as suas ambições políticas e os seus desejos para uma Europa melhor, ouvem música ao vivo, enquanto provam a especialidade local, a tarte flambée, e participam em seminários, esperando que este possa ser o primeiro passo rumo à mudança.

Numa tenda branca, adequadamente denominada de 'Espaço do Futuro', um grupo de jovens empenhados reuniu-se num círculo para, à vez, designarem o que pensam ser os principais desafios relacionados com a atual falha na educação em matéria de sustentabilidade nas escolas.

«Os professores precisam das ferramentas adequadas para nos ensinar a sustentabilidade,» afirma um participante..

«Deviam ensinar-nos a forma como podemos agir» afirma outro.

Ouvindo uma dificuldade atrás da outra, instala-se uma atmosfera de ligeira desesperança. Mas chegou o momento de pôr as soluções no papel! E, em apenas 20 minutos de debates e reflexão, os participantes reuniram muitas soluções possíveis, tais como:

«Trabalho prático de campo para fazer com que os alunos saibam o que podem fazer na natureza.»

«Levar os alunos para a floresta e ensiná-los a plantar árvores!»

«Estabelecer parcerias entre escolas, ONG e organizações no domínio do clima.»

«Envolver as crianças em idade escolar na recolha de dados sobre a poluição atmosférica.»

Há muitos espaços para jovens, como conferências, em que as pessoas apenas falam dos desafios. Mas, neste contexto, já foram apresentadas soluções que podem ser desenvolvidas.

O seminário foi facilitado por Anna Kowalczyk, da Rede de Estudantes Erasmus, que espera que seminários deste tipo possam constituir um pequeno passo para dar início a um efeito dominó de iniciativas sobre o tema da educação para a sustentabilidade nas escolas:

«Há muitos espaços para jovens, como conferências, em que as pessoas apenas falam dos desafios. Mas, neste contexto, já foram apresentadas soluções que podem ser desenvolvidas. Espero que as levem até aos seus amigos e às organizações onde fazem voluntariado, e que se consciencializem de que são efetivamente capazes de fazer algo», afirma Anna Kowalczyk.



Photo by Markur Spiske - pexels.com

AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS ESTÃO A ABALAR A NOSSA SAÚDE – FAZER DA MUDANÇA UMA PRIORIDADE

Quando as alterações climáticas afetam a nossa qualidade de vida, devemos preocupar-nos com a nossa saúde.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, a qualidade de vida pode ser definida como 'a perceção que uma pessoa tem da sua posição na vida no contexto dos sistemas culturais e de valores em que vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações'. O ambiente é um dos indicadores normalizados para a medir, pelo que devemos estar cada vez mais preocupados com o efeito das alterações climáticas no nosso corpo.

A crise climática provocou inundações catastróficas, vagas de calor e secas em toda a Europa. Além disso, prolongou as épocas do pólen. Os dados disponíveis mostram que estes perigos climáticos conduzem a um agravamento dos sintomas de doença, a problemas de mobilidade e a uma maior ingestão de medicamentos. A qualidade de vida é um tema crucial para a saúde e deve ser tida em conta nos debates sobre o clima a nível da UE.

Esta ideia já foi proposta no Relatório sobre Ideias dos Jovens de 2021!

O relatório sugeriu que as empresas fossem responsabilizadas por esta questão, debateu as sanções e a disponibilização de transportes sustentáveis.

Em que ponto estamos nesta questão?

Embora a Comissão Europeia nunca tenha legislado expressamente com a perspetiva específica da 'má qualidade de vida causada pela degradação ambiental', o Pacto Ecológico Europeu reconheceu a ameaça existencial que as alterações climáticas representam para a Europa.

Existem várias propostas, incluindo a atualização da Diretiva Emissões Industriais, que visam prevenir e controlar a poluição, reduzindo simultaneamente os custos e o número anual de mortes prematuras devidas à asma, à bronquite e ao cancro.

As regras atualizadas fazem parte da transformação da Europa rumo a uma economia de poluição zero, competitiva e com impacto neutro no clima até 2050.

A tónica é colocada na redução das emissões, no incentivo à inovação e na criação de condições de concorrência equitativas no mercado da UE. Alargar-se-á também a cobertura às explorações pecuárias intensivas em grande escala, que contribuem significativamente para as emissões de amoníaco e metano.

Os benefícios económicos que estas mudanças produzirão em termos de cuidados de saúde são estimados em mais de 5,5 mil milhões de EUR por ano. Apesar de anteriores reduções de emissões, são necessárias novas medidas, uma vez que as instalações industriais ainda continuam a contribuir para uma parte significativa das emissões de gases com efeito de estufa e a produção de substâncias nocivas.

Qual é o futuro dos cuidados de saúde?



Panagiotis Chaslaridis

Responsável sénior pela política da EFA

O Parlamento Europeu dos Jovens com Alergia e Asma, em parceria com a Federação Europeia das Associações de Pacientes com Alergias e Doenças das Vias Respiratórias (EFA), reúne jovens doentes com alergias e asma e profissionais de saúde, com idades compreendidas entre os 16 e os 26 anos, provenientes de toda a Europa. Representam as pessoas que sofrem atualmente de doenças causadas pelas alterações climáticas e pela degradação ambiental (como a poluição atmosférica) e trabalham para encontrar soluções para os desafios enfrentados pelos sistemas de saúde após a COVID-19. Falámos com eles pouco depois do seminário sobre cuidados de saúde digitais em que participaram no EYE.

Podem dizer-nos algo mais sobre as conclusões do seminário no EYE? Qual foi a história mais marcante que ouviram durante o seminário e quais foram as ideias mais interessantes dos participantes?

A ideia do seminário foi, em primeiro lugar, fazer um balanço da experiência dos jovens doentes, mas também dos participantes externos, e identificar a aplicação de saúde digital mais popular. Em segundo lugar, queríamos compreender quais são, do ponto de vista da juventude, as principais soluções, incluindo as políticas que devemos apresentar para dar resposta a esses desafios.

Penso que estes foram dois dias de seminários muito bem-sucedidos, uma vez que assistimos a um grande empenho, tanto por parte dos membros do Parlamento dos Jovens como dos outros participantes.

Foi organizado como um jogo de Jenga. Todos conhecemos esse jogo, em que todos devem dar o seu contributo, retirando um bloco e colocando-o no topo. Por conseguinte, pretendíamos desenvolver esta ideia de construir em conjunto a saúde digital no seu todo, ou seja, composta por muitos aspetos diferentes, as diferentes peças.

Qual é a aplicação digital mais popular que utilizam?

Do ponto de vista da nossa comunidade de doentes, diria que os jovens – por terem esta familiaridade com a tecnologia em comparação com outros grupos etários – apreciam as aplicações que lhes permitem monitorizar a progressão da sua doença e manter um registo preciso dos seus sintomas.

Podem também fornecer estes dados ao prestador de cuidados de saúde, a fim de fazer melhores avaliações, em termos de tratamento posterior. Assim, considero que isso é bastante importante porque, especialmente para alguns doentes com asma, permite-lhes registar as suas crises e os períodos de pico dos seus episódios de asma.

Durante o vosso seminário no EYE, a inteligência artificial foi mencionada, bem como os desafios que apresenta. Qual é a vossa opinião sobre a eventual futura legislação da UE relativa à utilização da IA nos sistemas de saúde?

Temos de ver a IA, parece-me, como um instrumento que depende da forma como é utilizado. Agirá a seu favor ou contra si. Reconheço plenamente o potencial da IA. Mesmo nas nossas áreas de alergia, asma e doença pulmonar obstrutiva crónica (DPOC), reconheço o seu poder em termos de fornecimento de dados mais rápidos, informação mais rápida, acesso mais rápido aos tratamentos e inovação. Para a nossa comunidade de doentes, é evidente que a IA também precisa de ser regulamentada, centrada nas pessoas, centrada no doente e humana, em geral. A União Europeia está a trabalhar no Regulamento Inteligência Artificial, que está atualmente a analisar, de forma mais ampla, as diferentes aplicações da IA. Assim, estamos realmente numa fase de 'esperar para ver' e avaliaremos as propostas da Comissão Europeia assim que as tivermos.

A vossa associação tem outros projetos relacionados com a prestação de cuidados de saúde digitais?

Estamos a desenvolver igualmente o círculo do Espaço Europeu de Dados de Saúde um espaço que proporciona a infraestrutura para o intercâmbio seguro de dados de saúde em toda a Europa. Somos naturalmente a favor desse desenvolvimento, desde que tenha efetivamente em conta as necessidades e o consentimento do doente.



© European Union - EP/AP/Imagem

PROIBIR PRODUTOS QUÍMICOS CANCERÍGENOS

Proibir a utilização de glifosato, um herbicida utilizado para controlar as ervas daninhas na União Europeia, que é suscetível de ser cancerígeno e nocivo para a nossa saúde.

O glifosato é um dos herbicidas mais comuns no mundo. Muitos agricultores utilizam-no nas culturas de frutas e produtos hortícolas, na colza, no milho, no algodão, na soja, na beterraba sacarina e no trigo. É também utilizado em plantas aquáticas e na silvicultura.

A sua utilização generalizada na agricultura é também fonte de controvérsia. Alguns estudos sugerem que este produto químico pode estar associado ao cancro, enquanto outros afirmam que não existe qualquer ligação.

Em que ponto estamos nesta questão?

Numa resolução de 2017, o Parlamento apoiou uma proibição total dos herbicidas à base de glifosato até dezembro de 2022 e restrições imediatas à sua utilização. Os deputados rejeitaram a proposta da Comissão Europeia de renovar a controversa licença de herbicida por 10 anos. Em vez disso, apelaram à eliminação progressiva do glifosato, começando pela proibição da utilização doméstica e agrícola, sempre que existam alternativas biológicas eficazes para controlar as ervas daninhas.

Os deputados declararam que o glifosato deveria ser totalmente proibido na UE até 15 de dezembro de 2022, com as etapas intermédias necessárias, tais como avaliações de risco baseadas apenas em estudos publicados, revistos pelos pares e independentes.

No entanto, no mesmo mês, a Comissão prorrogou a autorização da UE para a utilização de herbicida glifosato até ao final de 2023, depois de a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA) ter anunciado que não poderia concluir um processo de avaliação dos riscos até julho de 2023.



FAZER DAS OPÇÕES VEGETARIANAS UMA VERDADEIRA ALTERNATIVA PARA TODOS, EM TODO O LADO

Todos os anos, cada vez mais pessoas decidem adotar uma dieta vegetariana. Motivadas pelos benefícios para a saúde ou por preocupações éticas, tornou-se comum que as pessoas reduzam o seu consumo de produtos como a carne ou o peixe.

Com efeito, o Gabinete Europeu das Uniões de Consumidores (GEUC) afirma que mais de 40 % dos consumidores da UE reduziram ou suspenderam o seu consumo de carne.

Dado que a redução do nosso consumo de carne é uma prática cada vez mais comum e que é altamente benéfica para o ambiente, devem ser disponibilizadas opções de menu vegetariano nas cantinas escolares, hospitalares e de empresas. No interesse da saúde da população, bem

como do nosso ambiente, vale a pena analisar se esta medida deve ser apoiada por legislação.

As instituições europeias devem elaborar uma lei que obrigue as cantinas das escolas, dos hospitais e das empresas a incluírem uma opção vegetariana no seu menu, apoiando o vegetarianismo como verdadeira alternativa, não só por razões de saúde, mas também de defesa do ambiente.

Em que ponto estamos nesta questão?

Esta ideia exata de reduzir o consumo de carne através da promoção de menus vegetarianos nas cantinas nas escolas e nas empresas é uma das soluções apresentadas pelo Serviço de Estudos do Parlamento Europeu para resolver as deficiências do atual Sistema Alimentar da União Europeia.

Em fevereiro de 2022, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução que salienta o papel de uma dieta saudável na prevenção e limitação da incidência do cancro. Destacou a necessidade de combater o consumo excessivo de carne. Neste sentido, a obrigação

legal de incluir opções vegetarianas nos menus ajudaria a reduzir não só a nossa pegada ecológica, mas também o risco de cancro.

Atualmente, a UE está a aplicar o «regime da UE de distribuição nas escolas», que apoia a distribuição de leite, fruta e produtos hortícolas a milhões de crianças, desde o ensino pré-escolar até ao ensino secundário, em toda a UE. O regime está atualmente a ser revisto, a fim de aumentar o seu impacto no consumo sustentável de alimentos.



© Girts - stock.adobe.com

SUBSTITUIR AS MÁQUINAS DE VENDA

AUTOMÁTICA POR DISPENSADORES DE ÁGUA

Se tornarmos mais fácil para as pessoas recarregar as suas garrafas de água em vez de comprar várias garrafas de utilização única, podemos reduzir a utilização de plástico.

Uma forma de o conseguir seria através da instalação de dispensadores de água de alumínio em todos os Estados-Membros. Estes venderiam água purificada pelo mesmo preço que uma garrafa de plástico comum.

Ao armazenar água em dispensadores de água de alumínio sem plástico, em vez de garrafas de plástico, poderemos evitar a produção de toneladas de resíduos de plástico.

Em que ponto estamos nesta questão?

A UE aplicou diferentes medidas para combater o lixo marinho e a poluição por plásticos com a Diretiva Plásticos de Uso Único, que proíbe a colocação no mercado dos Estados-Membros de produtos de plástico de utilização única, se existirem alternativas sustentáveis facilmente disponíveis e a preços acessíveis.

Conforme solicitado pelo Parlamento Europeu nas negociações com o Conselho, o texto acordado alargou o âmbito da restrição do mercado a mais tipos de produtos de plástico (oxodegradáveis e poliestireno), alguns dos quais utilizados em recipientes para bebidas. Os deputados ao Parlamento Europeu defenderam igualmente a fixação de um objetivo vinculativo, a

atingir até 2025, para que as garrafas de bebidas sejam constituídas por, pelo menos, 35 % de material reciclado. Este valor foi finalmente fixado em 25 % nas negociações com o Conselho.

A Diretiva abrange artigos como sacos de plástico e copos para bebidas. No entanto, em 2021, a UE estabeleceu um objetivo adicional para o cálculo, a verificação e a comunicação de dados sobre a recolha seletiva de garrafas de plástico: 77 % até 2025, aumentando para 90 % até 2029, bem como a incorporação de 25 % de plástico reciclado nas garrafas de PET para bebidas a partir de 2025 e de 30 % em todas as garrafas de plástico para bebidas a partir de 2030.



PÔR TERMO AO DESPERDÍCIO ALIMENTAR NA UE E AJUDAR OS MAIS VULNERÁVEIS

Atualmente, perdem-se ou desperdiçam-se 33 % dos alimentos produzidos. Ao mesmo tempo, mais de 20 % da população da UE está em risco de pobreza ou exclusão social.

Tal significa que, pelo menos, uma em cada cinco pessoas tem dificuldade em satisfazer as suas necessidades mais básicas todos os meses, incluindo a necessidade mais essencial de todas: uma dieta equilibrada. Esta necessidade primordial está na própria base do direito humano à vida.

Todos, à sua maneira, devem desempenhar o seu papel na resolução desta questão. Por conseguinte, as lojas, os restaurantes e as empresas devem ser legalmente obrigados a doar todos os alimentos que são desperdiçados diariamente a quem tem fome e é pobre, antes que ultrapassem o prazo de validade. Desta forma, os alimentos que, de outro modo, seriam desperdiçados poderão contribuir para reduzir as desigualdades sociais.

Em que ponto estamos nesta questão?

Segundo o Serviço de Estudos do Parlamento Europeu, num em cada três Estados-Membros, mais de 10 % da população não é capaz de pagar uma refeição com carne, peixe, frango ou equivalente vegetariano, de dois em dois dias. Esta questão é agravada pelo problema do desperdício alimentar. Em conformidade com os compromissos assumidos no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Parlamento Europeu solicitou por duas vezes (em 2020 e 2022) que o desperdício alimentar da UE fosse reduzido para metade até 2030.

Numa resolução de 2022, o Parlamento Europeu salientou que são desperdiçadas anualmente 88 milhões de toneladas de alimentos na UE. Neste relatório, recomendaram que se evitasse o desperdício alimentar ao 'facilitar a doação de alimentos através da aplicação coerente da legislação em matéria de responsabilidade'.

Além disso, a Comissão Europeia proporá metas juridicamente vinculativas para a redução do desperdício alimentar em toda a UE até ao final de 2023. Tal baseia-se, nomeadamente, nas orientações da UE sobre a doação de géneros alimentícios adotadas em 2017. Estas orientações propunham normas de higiene, requisitos de informação para os alimentos pré-embalados, incentivos fiscais para as entidades doadoras de alimentos e destacaram a utilidade de congelar os excedentes alimentares para permitir a sua redistribuição.

Neste sentido, o Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas (FEAD) apoia as ações dos Estados-Membros da UE destinadas a fornecer alimentos e assistência material de base às pessoas mais carenciadas.



TODOS OS ESTÁGIOS DEVEM SER REMUNERADOS OU FINANCIADOS

Muitos jovens veem-se obrigados a trabalhar gratuitamente nas suas primeiras experiências profissionais. Por vezes, os estágios não remunerados são as primeiras oportunidades que agarramos para começar a adquirir experiência.

Embora os estágios constituam uma oportunidade útil para muitos jovens adquirirem experiência e darem um primeiro passo no mercado de trabalho, a posição de estagiário não remunerado deve ser proibida em toda a UE.

Deve ser disponibilizado financiamento para todos os estágios, quer se realizem no país de origem do estagiário quer seja no estrangeiro. Os instrumentos de financiamento disponíveis (como o Erasmus+) devem cobrir as despesas de alojamento e de viagem.

Nos casos em que estes mecanismos não sejam suficientes, devem ser aplicadas mais medidas para cobrir os custos incorridos pelo estagiário.

Só as pessoas que têm meios para trabalhar gratuitamente, devido ao apoio familiar ou a uma maior capacidade económica, podem aceder a tais oportunidades profissionais. Tal promove a desigualdade e a injustiça social. Por conseguinte, a fim de garantir a igualdade de oportunidades e proteger os direitos dos jovens, todos os estágios não remunerados devem ser proibidos.

Esta ideia já foi proposta no Relatório sobre Ideias dos Jovens de 2021! O relatório sugeriu a criação de fundos específicos para pôr termo aos estágios não remunerados, independentemente da educação ou do estatuto social.

Em que ponto estamos nesta questão?

Desde 2010, o Parlamento Europeu tem defendido o reforço da proteção jurídica dos estagiários através de várias resoluções e relatórios. O atual Quadro de Qualidade para os Estágios define diferentes critérios de qualidade, como a transparência das condições de trabalho e das práticas de contratação, a duração razoável e um acordo de estágio escrito. No entanto, não abrange a remuneração ou as bolsas dos estagiários.

Em janeiro de 2022, o Serviço de Estudos do Parlamento Europeu recomendou, no seu estudo intitulado «The Quality of traineeships in the EU» (A qualidade dos estágios na UE), que fosse garantido um salário mínimo para os estágios orientados para a aquisição de experiência profissional. Logo um mês mais tarde, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução em que

condenava a prática de estágios não remunerados como uma 'forma de exploração dos jovens trabalhadores e uma violação dos seus direitos'.

Em 2023, a Comissão Europeia incluiu o 'reforço do quadro de qualidade para os estágios' no seu programa de trabalho anual. Em junho, o Parlamento Europeu aprovou um relatório de iniciativa legislativa solicitando que o Quadro de Qualidade para os Estágios revisto seja integrado numa diretiva a aplicar em toda a UE. O relatório abordou a compensação dos estágios, sugerindo que esta deveria abranger 'no mínimo, o custo das necessidades básicas de subsistência, tais como a alimentação, o alojamento e o transporte, tendo em conta o custo de vida em cada Estado-Membro'.

Pode dar-se ao luxo de trabalhar gratuitamente?

A organização que trabalha para proibir os estágios não remunerados



Mark McNulty

Membro do Conselho de Administração da YFJ
Responsável pela pasta da Inclusão Social e Económica

Na luta contra os estágios não remunerados, a sociedade civil fez muito para facilitar a entrada dos jovens no mercado de trabalho. Entre as organizações de juventude que se opuseram a esta prática, destaca-se a história do Fórum Europeu da Juventude.

Os estágios não remunerados não só têm consequências socioeconómicas diretas para quem os faz, como também afetam a saúde mental dos jovens.

Mais recentemente, o Fórum Europeu da Juventude (FEJ) apresentou com êxito uma queixa conjunta junto do Comité Europeu dos Direitos Sociais do Conselho da Europa. Este organismo determinou que os estágios não remunerados na Bélgica 'permitem que os jovens sejam explorados como mão de obra gratuita'. Embora a decisão final só tenha sido publicada em 2022, a denúncia foi apresentada em 2017.

Para além da queixa, o FEJ tem vindo a trabalhar numa campanha que apela à proibição dos estágios não remunerados. Mark McNulty, membro do Conselho de Administração do FEJ conjuntamente responsável pela pasta de inclusão social e económica do Fórum Europeu da Juventude, explica a origem desta campanha:

«Com o início da revisão do Quadro de Qualidade para os Estágios, decidimos lançar uma campanha. Optámos por um título verdadeiramente simples: 'Pode dar-se ao luxo de trabalhar gratuitamente?' É verdadeiramente injusto que qualquer pessoa tenha de trabalhar gratuitamente, mas apenas algumas pessoas o podem fazer»

Em janeiro de 2023, o FEJ publicou um documento de reflexão que mostra que a participação num estágio não remunerado custa aos jovens uma média de 1000 EUR por mês.

«Se os jovens fizerem dois estágios de seis meses antes do seu primeiro emprego, esse montante corresponde a 12 000 EUR que cada estagiário está a perder. Tal poderia ser o início da entrada para uma casa, o que poderia ter poupado. Mas, em vez disso, são obrigados a deitar fora o dinheiro para fazer um estágio não remunerado antes mesmo de iniciarem uma carreira.»

Mark já viveu ele próprio esta situação:

«Fui estagiário na Irlanda. Fui estagiário nos Estados Unidos. As pessoas que fazem estágios não remunerados tendem a ser oriundas de um contexto bastante privilegiado, o que não é o meu caso. Fiz um há uns anos, quando andava na universidade, e tive de trabalhar ao mesmo tempo. Tive sorte em poder fazê-lo. Mas há muitas pessoas que não conseguem conciliar o trabalho com os estudos. Vi alguns estagiários em grandes dificuldades, quando se tem de decidir entre pagar a renda ou o seguro de saúde.»

Os estágios não remunerados não só têm consequências socioeconómicas diretas para quem os faz, como também afetam a saúde mental dos jovens:

«Penso que o stresse quase que nos envelhece, quando tentamos manter-nos à tona porque assim tem de ser. Arranjar um emprego já é desgastante, mas ter de conciliar um emprego, um estágio e, potencialmente, a universidade é como fazer malabarismo com os olhos vendados.»



A EUROPA DEVE SER AUTOSSUFICIENTE EM MATÉRIAS-PRIMAS

Tendo em conta a recessão causada pela pandemia de COVID-19, a Europa precisa de reduzir a sua dependência de matérias-primas de outros países e começar a desenvolver a sua própria produção.

A União Europeia parece depender exclusivamente das importações de matérias-primas e produtos de países como a China e os Estados Unidos da América. A pandemia de COVID-19 pôs em evidência esta dependência e deixou a Europa confrontada com o seguinte desafio: como poderá a UE reduzir a dependência de outros países em relação a estas matérias?

Por estas razões, a UE deve financiar a criação de empresas europeias, cujos produtos e software seriam utilizados em dispositivos eletrónicos, incluindo telemóveis inteligentes e computadores. A Finlândia e a Hungria, por exemplo, seriam bons exemplos de países onde a produção europeia de telemóveis poderia começar.

Em que ponto estamos nesta questão?

Em setembro de 2022, durante o seu discurso sobre o estado da União, a presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, anunciou o Ato legislativo europeu Matérias-Primas Críticas. A proposta legislativa de março de 2023 visa assegurar o acesso da UE a um aprovisionamento seguro e sustentável de matérias-primas críticas (MPC) e estabelecer uma lista de matérias-primas estratégicas. O Parlamento ainda terá de se pronunciar e decidir qual será a sua posição de negociação nesta matéria. A Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia (ITRE) deverá votar o projeto de relatório em 9 setembro 2023. Depois disso, o Parlamento iniciará as negociações com o Conselho e a Comissão em diferentes sessões denominadas 'trílogos' e chegará a um acordo final sobre o texto.

O Parlamento Europeu já tinha abordado a sua estratégia para as matérias-primas críticas (MPC) numa resolução que adotou em 2021. Propôs uma abordagem integrada em toda a cadeia de valor das MPC, bem como uma política industrial ativa.

Mais recentemente, numa resolução, de fevereiro de 2023, o Parlamento Europeu salientou a importância de ter acesso a MPC para as transições ecológica e digital. As principais medidas propostas foram o reforço da reciclagem e da estabilidade dos mercados secundários, a exploração dos recursos nacionais com um licenciamento mais rápido e a criação de um novo Fundo Europeu de Soberania.



JUNTOS SOMOS MAIS FORTES:

CRIAR UMA POLÍTICA EXTERNA COMUM

É desesperadamente necessária uma política externa comum para a União Europeia. Tal permitiria à UE dar provas de força da sua unidade na cena mundial, reduzir os custos administrativos e tornar-se numa união política plena.

Com a evolução dos acontecimentos mundiais em 2022, tornou-se ainda mais claro que a União Europeia tem de se unir. É importante preparar-se para futuras ameaças e manter a independência de países terceiros. Este objetivo poderia ser alcançado através do estabelecimento de uma política externa comum que ajude a manter a paz na Europa. Pode ser vista como um passo fundamental para se tornar uma união política plena.

Tal como referido durante o painel no EYE, Josep Borrell, o atual alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança (AR/VP), declarou que 'a reação da UE à invasão da Ucrânia em grande escala pela Rússia representa o nascimento da Europa geopolítica'.

Uma política externa comum permitiria à UE dar provas de força e determinação quando se reúne com as nações em missões diplomáticas. Contribuiria igualmente para melhorar a eficiência externa e interna. Os custos administrativos dos consulados ou embaixadas poderiam ser reduzidos e as decisões poderiam ser tomadas de forma mais atempada e eficaz.

Além disso, uma política externa comum contribuiria para salvaguardar os interesses da UE e dos seus cidadãos a nível mundial, promovendo simultaneamente a paz e a liberdade.

Em que ponto estamos nesta questão?

Criada em 1999, a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) é o principal quadro da UE para a defesa e a gestão de crises.

O atual alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança (AR/VP), Josep Borrell, é responsável pela coordenação da PCSD e preside também ao Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) e à Agência Europeia de Defesa (AED). Embora o Conselho Europeu defina a orientação geral da PCSD, o Parlamento Europeu desempenha um papel na revisão e orçamentação. Por conseguinte, o AR/VP deve consultar regularmente o Parlamento e ter em

conta os seus pontos de vista.

Registaram-se progressos na cooperação da UE no domínio da defesa através de iniciativas como a cooperação estruturada permanente (CEP), o Fundo Europeu de Defesa (FED) e a Análise Anual Coordenada da Defesa (AACD).

A Comissão Europeia tem uma Direção-Geral da Indústria da Defesa e do Espaço (DG DEFIS), assinalando uma maior ênfase na defesa. O ano de 2022 foi designado de 'ano da defesa europeia'.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Que podemos fazer daqui em diante? Na plataforma youthideas.eu, existem centenas de ideias tão pertinentes e valiosas como as que incluímos neste relatório.

Cabe agora a todos nós dar vida a estas ideias por vários meios. Como se pode ler acima, muitas organizações de juventude já estão a colocar a mudança em marcha através de projetos e iniciativas inspiradores. O seu impacto na sociedade é tão importante como qualquer exercício da democracia: tal como ir à secção de voto, pegar num lápis e assinalar os candidatos preferidos.

As próximas eleições europeias surgem num momento crucial da história, em que cada decisão tomada moldará diretamente a vida dos cidadãos europeus num mundo cada vez mais globalizado e cheio de desafios.

Por conseguinte, votar não é apenas um dever, é uma necessidade absoluta. Se quisermos fazer ouvir a nossa voz, temos de participar no processo. Inicia conversas com os teus amigos e familiares, partilha as tuas

As próximas eleições europeias surgem num momento crucial da história, em que cada decisão tomada moldará diretamente a vida dos cidadãos europeus num mundo cada vez mais globalizado e cheio de desafios.

preocupações, dá ouvidos às suas, pensa em soluções, pondera a prossecução de causas com que te identifiques profundamente ou dá o teu voto a quem as defende.

Acima de tudo, mantém a esperança e nunca a deixes esmorecer.





EYE2023.EU



YOUTHIDEAS.EU



INSTAGRAM.COM/EP_EYE



FACEBOOK.COM/YOUTHEP



X.COM/EUROPARL_EYE

